

ACESSIBILIDADE: UMA ANÁLISE REALIZADA A PARTIR DA ESTRUTURA DO PRÉDIO DA CIAC-UEPB

Lucicleide Araújo Rodrigues¹; Kétsia Ferreira Viana Bezerra Dias²; Ana Paula Marinho dos Santos³

¹Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – lucicleidearaujo727@gmail.com

²Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – diasketsia@gmail.com; ³Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – anap_marinho@hotmail.com

Resumo: O presente artigo irá versar sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência visual na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Para tal, nos propomos a investigar se a estrutura da Central de Aulas (CIAC) da UEPB é acessível para pessoas com deficiência visual, tendo como objetivos investigar como se configura a acessibilidade para estas pessoas e identificar quais as dificuldades mais recorrentes encontradas no acesso ao prédio da CIAC da UEPB pelos deficientes visuais tomando como referência as pessoas com a deficiência visual que frequentam as instalações do prédio cotidianamente. Para isso, perpassamos pela conceituação dos níveis da deficiência visual que se faz de fundamental importância para que possamos entender de que maneira a acessibilidade está sendo ofertada aos deficientes visuais que frequentam a CIAC. O presente estudo de caráter qualitativo foi realizado com base nas concepções sobre deficiência de Diniz (2007), Ochata e Rosa (1995) dentre outros, bem como por meio de leitura bibliográfica sobre o processo de acessibilidade para o deficiente visual, entrevista semi-estruturada com uma aluna e um técnico deficientes visuais, observação e registro de fotos da estrutura física do prédio da CIAC da UEPB. Desse modo, os resultados da pesquisa apontaram a necessidade de se refletir sobre as limitações do outro para superação de obstáculos rumo à inclusão de pessoas com deficiência visual na educação superior e para a melhoria da estrutura física e curricular da universidade que atenda as necessidades destas pessoas. Assim, esperamos que os resultados demonstrados possam contribuir para alargar o debate em torno da acessibilidade e da educação inclusiva nesta etapa de ensino.

Palavras-Chave: Acessibilidade, Inclusão, Deficiência Visual.

Introdução

A presente pesquisa está relacionada à acessibilidade de pessoas com deficiência visual, na qual foi realizada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus I, no prédio da CIAC, tomando como referência duas pessoas deficientes visuais que frequentam as instalações do prédio cotidianamente. Para tal, nos propomos a investigar se a estrutura da Central de aulas (CIAC) da UEPB é acessível para pessoas com deficiência visual, tendo como objetivo principal investigar se a estrutura da Central de aulas (CIAC) da UEPB é acessível para pessoas com deficiência visual, conseqüentemente, identificar quais as dificuldades mais recorrentes encontradas no acesso ao prédio da CIAC da UEPB, pelos deficientes visuais. Nesse sentido, os objetivos específicos consistem em: identificar por meio de leitura bibliográfica o processo de acessibilidade para o deficiente visual, investigar por

meio de entrevista como uma aluna e um técnico, com deficiência visual, a questão da acessibilidade na CIAC_UEPB e analisar por meio de observação a estrutura física do prédio da CIAC_UEPB.

Nessa perspectiva, vale ressaltar alguns conceitos que se fazem de fundamental importância para que possamos entender de que maneira a acessibilidade está sendo ofertada aos deficientes visuais a quem o CIAC-UEPB, atende. Sendo assim, torna-se essencial, primeiramente, entender o conceito de “deficiência”, só então será possível compreender como os deficientes foram vistos ao longo do tempo e em que momento começaram a ser inseridos na sociedade de modo a serem introduzidos também, instrumentos que os facilitassem nessa inserção.

Metodologia

O estudo fundamenta-se em uma abordagem de natureza qualitativa com base nas concepções sobre deficiência de Diniz (2007), Ochata e Rosa (1995) dentre outros, bem como por meio de leitura bibliográfica sobre o processo de acessibilidade para o deficiente visual.

Os dados foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada com uma aluna e um técnico, deficientes visuais, acerca questão da acessibilidade na Central de aulas da Universidade Estadual da Paraíba, pois frequentam as instalações do prédio cotidianamente. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para em seguida analisar todas as respostas com o intuito de selecionar as tendências centrais das respostas das perguntas feitas aos entrevistados.

E por fim foi realizada a pesquisa de campo através de observação e registro de fotos da estrutura física do prédio para termos contato com a realidade, uma vez explicitado os objetivos presentes da pesquisa e seus procedimentos metodológicos, passaremos para a apresentação dos principais resultados da pesquisa.

Resultados e discussões

Diante da nossa proposta de pesquisa, antes de abordamos diretamente a acessibilidade no prédio onde à realizamos faz-se necessário discorrer sobre alguns conceitos sobre a deficiência, num contexto mais geral, posteriormente afunilando para os conceitos que dizem respeito a deficiência visual e os aspectos positivos e negativos a respeito da acessibilidade n prédio da CIAC/UEPB.

Deficiência

De acordo com a Convenção da Guatemala (Decreto nº 3956/01), esse termo refere-se a uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. Na concepção de Debora Diniz (2007), a deficiência é vista como uma variação do normal da espécie humana no qual, foi uma criação discursiva do século XVII e desde então, ser deficiente é experimentar um corpo fora do normal.

Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo, e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Dessa maneira, eram afastados do convívio social.

Deficiência Visual

A Deficiência Visual é um tipo de deficiência sensorial com alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Segundo Ochata e Rosa (1995), ela tem como característica central a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso o visual, o que leva a consequências sobre o desenvolvimento e aprendizagem, tornando-se necessário elaborar sistemas de ensino e que transmitam a informação que não pode ser obtida através dos olhos. É o comprometimento parcial ou total da visão, podendo ocorrer desde o nascimento, a exemplo da cegueira congênita, ou posteriormente, como a cegueira adventícia, adquirida em decorrência de causas orgânicas ou acidentais.

Baixa Visão

A baixa visão é uma deficiência visual não corrigível pelo padrão óculos, lentes de contato, medicação ou cirurgia que interfere com a capacidade de executar atividades da vida diária. Baixa acuidade visual significa visão entre 20/70 e 20/400 com a melhor correção possível, ou um visual campo de 20 graus ou menos. Pode ser compensada com o uso de lentes de aumento, lupas, telescópios, com o auxílio de bengalas e de treinamentos de orientação.

A pessoa com baixa visão é capaz de distinguir luz e sombra, porém, isso não impede que ela conheça e utilize o sistema braile para ler e escrever, bem como, recursos de voz para

acessar programas de computador e ajudar na sua locomoção e interação com o meio. Embora algumas pessoas com baixa visão não aceitem essa “condição”, elas necessitam de tecnologias assistivas que facilitem a sua autonomia, como a exemplo da bengala, e também precisam de treinamentos de orientação e de mobilidade. Em se tratando do contexto escolar, quando houver suspeita de baixa visão, recomenda-se o encaminhamento do aluno para uma avaliação oftalmológica. Se a baixa visão for constatada, caberá ao professor do AEE avaliar as necessidades e as possibilidades de intervenção, bem como planejar as ações requeridas junto à família e à instituição educacional.

Cegueira

A cegueira é uma condição que envolve a perda total ou parcial da visão e saúde. Uma pessoa pode sofrer de cegueira desde o nascimento por problemas genéticos ou desenvolver cegueira de certas doenças como glaucoma e cataratas e de desnutrição, produtos químicos, e acidentes.

A pessoa com cegueira total não vê absolutamente nada, nem luz nem reflexão. Assim, quando não existe qualquer percepção de luz é fundamental o sistema braille, a bengala e os treinamentos de orientação e de mobilidade. Já a cegueira parcial consiste em que a pessoa vê muito pouco, ou não tem uma grande capacidade visual e, portanto, precisa usar óculos para melhorar a sua visão.

As pessoas que sofrem de cegueira têm diferentes ferramentas e mecanismos que permitem melhorar a sua qualidade de vida, tais como: a utilização do Braille, do cão guia ou guia e bastões, que também ajudam quando se trata de mover-se. Certos tipos de cegueira podem ser revertidos com transplantes ou, pelo menos, diminuídos com o uso de lentes.

Acessibilidade

Acessibilidade se refere às condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade. Ela é um atributo essencial do ambiente e visa garantir uma melhoria da qualidade de vida das pessoas que possuem algumas limitações, sejam elas permanentes ou apenas temporárias.

A acessibilidade deve estar presente nos espaços físicos, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias que as propiciam, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público. No entanto, a partir das entrevistas e observação da estrutura física da Central de Aulas da UEPB_ CIAC, percebe-se que a acessibilidade não é algo visto como louvável visto que o prédio apresenta vários aspectos que ferem diretamente com os direitos a acessibilidade garantidos por lei, como mostra a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000:

As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existente, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na fala de Alindembergue, um dos entrevistados, ele irá discorrer justamente sobre esse aspecto ao relatar que por mais que o prédio seja novo, necessita de uma acessibilidade maior, pisos táteis e uma sinalização. Em se tratando da escada que dá acesso ao prédio, o entrevistado também faz algumas ressalvas bastante relevantes, ele aponta os empecilhos na mobilidade, causados pela estrutura da escada:

Em relação à acessibilidade, por mais que o prédio seja novo, mas precisa de uma acessibilidade maior. Por exemplo, não só o prédio aqui, mas outros prédios da UEPB e outros órgãos. Precisa de um piso tátil, de uma sinalização maior, por exemplo, as rampas para quem é cadeirante, elas não têm uma inclinação muito adequada, principalmente para quem possui cadeira manual. Para acessibilidade não basta só uma rampa, tem que ser uma rampa bem acessível. A escada de dentro eu acho também, é uma escada inacessível porque ela é vazada, os corrimãos são muito baixos. Há problemas, mas aos poucos vai se adequando, mas precisa se melhorar muito. Precisa voltar o funcionamento da plataforma de acessibilidade (elevador). Tudo isso facilita a locomoção de um deficiente visual, não só para um deficiente visual, mas para outras pessoas com outros tipos de deficiência.



Foto 1: Escadaria que dá acesso ao CIAC. Escada larga, sem o corrimão completo.

No que diz respeito às escadas que dão acesso aos andares superiores do prédio, o técnico afirmou serem inacessíveis pelo fato de ser vazada e os corrimões muito baixos, como pode ser observado na imagem a seguir na foto 2. Posteriormente na foto 3, pode-se observar também, as rampas que dão acesso aos mesmos andares, possuindo inclinações que dificultam a acessibilidade não só aos deficientes visuais, como também aos cadeirantes que a utilizam.

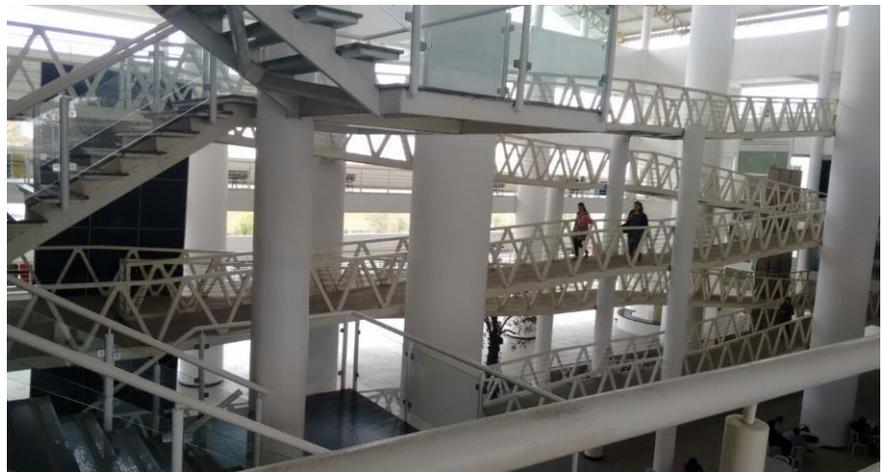


Foto 2: Escada e rampa, que dão acesso aos andares superiores da CIAC



Foto 3: Rampa que dá acesso a CIAC_UEPB.

Observando esse contexto relatado nas entrevistas e vivenciado cotidianamente por todos os alunos que estudam na CIAC, pode-se afirmar que a Central de Aulas em termo de acessibilidade, necessita de muitas melhorias para que possa favorecer a pessoa com deficiência visual uma maior autonomia no que diz respeito à locomoção. Nesse sentido, para que um ambiente promova acessibilidade, ele deve conter os seguintes critérios:

- Nas áreas de circulação recomenda-se que se utilizem faixas no piso, com textura e cor diferenciadas, para facilitar a identificação do percurso para deficientes visuais;
- Os obstáculos existentes nas áreas de circulação e principalmente se tais obstáculos sofrem mudança de localização periódica ou eventualmente;
- Nos elevadores, as botoeiras e comandos devem ser acompanhados dos signos em Braille;
- Para um número de parada superior a dois andares, deve também haver comunicação auditiva dentro da cabine do elevador, indicando o andar onde o elevador se encontra parado;
- Identificar os sinais luminosos que existem no ambiente de trabalho, para que sejam acompanhados por sinais sonoros;
- Implantar software com sintetizadores de voz nos computadores.

Muitas dificuldades encontradas pelos cegos no ambiente universitário estão, também, ligadas, evidentemente, à falta de adequação física destes espaços para aqueles que possuem uma limitação sensorial. Os ambientes universitários privilegiam o acesso das pessoas que possuem a capacidade de ver quase ou totalmente intacta. Os obstáculos arquitetônicos são

representados por barreiras físicas que impedem o deslocamento seguro do cego pelas dependências da instituição universitária como, por exemplo, os desníveis das calçadas e as escadas no prédio da Central de aulas da UEPB.



Foto 4: Rampa que dá acesso a CIAC_UEPB.

Assim, a aluna deficiente visual Eliane do 7º período do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia relata que:

A falta de acessibilidade começa desde o ponto do ônibus com as calçadas irregulares até chegar à sala de aula porque é muito inacessível tem barreiras no trajeto da minha locomoção como, por exemplo, na subida das escadarias da CIAC colocaram um trilho no chão e umas barras para montagem de um portão se eu não prestar atenção corro o risco de bater a testa. Eu não consigo chegar até a central de aulas de forma plena. Tem colegas como Alindembergue de Araújo Oliveira do Núcleo de Educação Especial que consegue fazer o trajeto sem dificuldade, mas eu nunca consegui.

De fato, podemos perceber ao observar a estrutura física do prédio da Central de Aulas da UEPB, o quão se faz presentes estes obstáculos. Eles podem até serem vistos como irrelevantes, por muitos videntes, porém quando estudados a fundo, fica perceptível aos olhos dos mesmos, o quão inacessível podem ser algumas estruturas públicas ou de acesso ou público, principalmente se observadas com base no Decreto Federal Nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis Nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência física, e a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá ou traz providências, a baixa visão corresponde à acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no olho de melhor visão e com a melhor correção óptica.

Sob esse olhar, é necessário que a instituição faça adaptações na estrutura do prédio como colocar piso tátil, sinalizar melhor o prédio e fazer melhorias em alguns setores de calçadas. Desse modo, o técnico administrativo, deficiente visual, Alindemberg do Núcleo de Educação Especial da UEPB, afirma que para ter uma boa acessibilidade é preciso ter calçadas boas e sem obstáculos. Segundo ele, mesmo com essas adversidades, aos poucos a falta de acessibilidade está sendo solucionada, assim segue tentando amenizar esses problemas de locomoção, como corrimão no meio da escada (a atual só tem nos lados) no qual é muito larga e podemos perceber, na foto 1, que o corrimão não é completo e que precisa contemplar desde o primeiro até o último degrau. Já no que diz respeito ao aspecto pedagógico, o Núcleo de Educação especial da UEPB fornece apoio aos alunos deficientes. Atualmente, estão sendo atendidos pelo Núcleo, três alunos com deficiência visual. O atendimento consiste em ajudá-los com material de estudo, como transcrever textos para o Braille ou converter para áudio, entre outros.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, pode-se perceber que o deficiente visual carrega consigo um marco histórico no qual, vem desde a Idade Média, até os dias de hoje. Onde, o mesmo já era excluído da sociedade por possuir tal deficiência. Hoje, muitos conseguem superar essas adversidades, no entanto, esse é um processo doloroso que exige um longo percurso para ser alcançado.

A partir das entrevistas e observações realizadas ficou evidente que o prédio da CIAC da UEPB, precisa melhorar sua estrutura para atender as necessidades das pessoas com deficiência visual. Tendo em vista, que o mesmo não possui uma acessibilidade adequada para as pessoas com deficiência visual. Se para as pessoas ditas “normais” há dificuldades imagine para estas.

É perceptível também, que a universidade não investe em uma melhor estrutura, em consequência disso, falta recursos mais avançados que contribuam no atendimento aos alunos que frequentam o núcleo de Educação Especial. Os resultados da pesquisa apontaram para a necessidade de se refletir de modo a pensar também nas necessidades e limitações do outro, para uma superação de obstáculos rumo à inclusão de cegos na educação superior, no que se refere à melhoria da estrutura física e curricular da universidade para atender as necessidades das pessoas com deficiência visual.

Referências

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 01 abr. 2017.

BRASIL, Secretaria da Educação. **Deficiência Visual.** Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=686>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Acessibilidade.** Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

DEPUTADOS, Portal da Câmara dos. **Legislação Informatizada - Dados da Norma.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3956-8-outubro-2001-332660-norma-pe.html>>. Acesso: 25 mar. 2017.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

ROSA, Alberto e OCHAITA, Esperanza. Percepção, Ação e Conhecimento nas crianças Cegas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PACIOS, Jesús (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. (p. 183-196)